

Verbetes Temáticos

Gênero em Ciência e Tecnologia

Alice Rangel de Paiva Abreu¹ 

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: alicepabreu@gmail.com

DOI: [10.17666/ebcs.2026.025](https://doi.org/10.17666/ebcs.2026.025)

PREÂMBULO

Nas últimas cinco décadas, a forma de considerar a questão da equidade e igualdade de gênero na ciência e tecnologia mudou radicalmente. Antes considerado um espaço exclusivamente masculino, a entrada de mulheres nas atividades científicas no século XX levantou discussões importantes sobre a real capacidade das cientistas mulheres, e muitas das iniciativas iniciais estavam centradas nas especificidades das carreiras femininas e em como adequá-las ao modelo tradicional. Aos poucos, e graças a uma enorme produção de estudos e pesquisas que documentaram assimetrias e processos claramente desfavoráveis às cientistas mulheres, ficou claro que diversidade é essencial para garantir a excelência científica, que o problema é sistêmico, e que as mudanças estruturais institucionais são o único caminho para uma real equidade de gênero em ciência e tecnologia. No entanto, é na própria produção do conhecimento científico que reside a última fronteira de uma perspectiva de gênero, uma vez que entender como sexo e gênero influenciam a pesquisa e a produção de conhecimento é hoje um tema central, com relevância crescente devida ao avanço avassalador da Inteligência Artificial. O objetivo deste verbete é analisar todos esses processos e ver como eles se refletem no Brasil.

SUMÁRIO

1. Principais abordagens analíticas
2. Evidências e casos empíricos
3. O fenômeno no Brasil e na América Latina
4. Dilemas atuais e tendências
5. Implicações para políticas públicas
6. Agendas futuras
7. Referências bibliográficas

Aprovado em: 21/08/2026

Editor(a) responsável: Mariana Chaguri



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 025 - 2026

1. Principais abordagens analíticas

Durante muitos anos, os estudos de gênero e ciência correram em paralelo. Os estudos iniciais sobre ciência não incluíam mulheres nem discutiam a questão de gênero. Da mesma forma, entre as feministas pioneiras dos anos 1960, poucas se debruçavam sobre a questão da ciência e tecnologia (Citeli, 2000; Lopes, 1998). No entanto, o tema deve às discussões feministas sobre gênero um importante aprimoramento conceitual, que passa a marcar os estudos e pesquisas a partir dos anos 1980. Ao contestar a suposta base biológica dos comportamentos masculinos e femininos e evidenciar as construções sociais e culturais expressas nas relações desiguais de poder entre mulheres e homens, a crítica feminista ampliou perspectivas e trouxe um novo instrumento de análise crítica, que afeta igualmente o conhecimento produzido pelas ciências. A distinção entre sexo e gênero é hoje aceita e permeia os estudos e análises sobre o tema, assim como as inúmeras metáforas das trajetórias femininas na ciência como o “*leaky pipeline*”, o teto de cristal, o labirinto de cristal, o “*sticky floor*”. Contemporaneamente, os conceitos de igualdade e inclusão também ampliaram suas referências para incluir raça, etnias, territorialidade, geração e outros elementos de diferenciação, consolidados nas discussões sobre interseccionalidade, outra contribuição importante dos estudos de gênero.

Há um consenso de que foi graças à série de conferências das Nações Unidas, que culminou na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim, na China, que a questão da ciência e tecnologia foi inserida na agenda global de igualdade de gênero, como parte da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (<https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/educa.htm>). O processo é descrito com clareza no livro “*Missing Links*” (United Nations Commission on Science and Technology for Development, Gender Working Group, 1995), publicado pela Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CSTD no original) e fruto do trabalho do “*Gender Working Group*”. Poucos anos depois, em 1999, a *World Conference on Science*, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo *International Council of Scientific Unions* (ICSU) e realizada em Budapest, consolidou a temática da igualdade de gênero entre as novas prioridades da comunidade científica global (UNESCO, 2000).

As décadas seguintes viram um enorme desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre gênero e ciência, que tratavam de entender a segregação horizontal e vertical em vigor na esfera da ciência, fazendo com que algumas áreas do conhecimento resistssem fortemente à entrada das mulheres, em especial computação, engenharias e ciências naturais, e porque a presença feminina nos cargos mais altos do sistema é sempre rarefeita. Os estudos, no entanto, abordaram igualmente novos temas, consolidando uma agenda de pesquisa relevante e abrangente, analisada por dois importantes relatórios.

O relatório da *National Academies of Sciences Engineering Medicine*, “*Beyond Bias and Barriers: Fulfilling the Potential of Women in Academic Science and Engineering*”, publicado em 2007 e baseado numa revisão da produção norte-americana, trouxe contribuições importantes, desmistificando de uma vez por todas a existência de diferenças biológicas entre homens e mulheres que pudessem justificar a menor representação feminina nos campos

científicos. Mostrou, portanto, que não era falta de talento ou capacidade, mas sim preconceitos, muitas vezes implícitos, e estruturas institucionais tendenciosas que impediam o acesso e o avanço de mulheres. O relatório também já apontava que os critérios de avaliação vigentes continham componentes arbitrários e subjetivos que punham mulheres em posição de desvantagem. Além disso, trazia uma clara indicação de que, além do gênero, era preciso levar em consideração outros elementos de diferenciação, como raça e etnia, o que teria um impacto importante nas pesquisas e políticas subsequentes.

O relatório da Comissão Europeia “*Meta-Analysis of Gender and Science Research*”, de 2012, mostra que a pesquisa nos países da região ainda estava fortemente concentrada em estudos sobre as escolhas das mulheres em seguir ou não uma carreira científica, bem como nas barreiras e problemas de suas trajetórias acadêmicas. Esses estudos indicavam que, para as cientistas, três momentos são críticos: a escolha da disciplina/curso universitário; os estágios iniciais da carreira científica, quando as demandas diferenciadas entre família e carreira são especialmente importantes; e a progressão na carreira, que apresenta desigualdades de gênero persistentes. De fato, as tensões parecem ser particularmente intensas no período da entrada na profissionalização e no início do trajeto como pesquisadora independente, competindo por recursos e posições que coincidem muitas vezes com a vinda de filhos e com a constituição de uma família (*European Commission*, 2012).

O relatório aponta, no entanto, que essa questão não explica integralmente a falta de mulheres nos mais altos cargos do sistema científico. As pesquisas indicam que para entender as diferenças de gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação é necessário investigar mecanismos mais complexos, indo além dos critérios formais de recrutamento e promoção, tais como relações de poder, formas de controle de acesso e redes informais, que influenciam os mecanismos de reconhecimento e apoio nas instituições científicas. As evidências mostram que a discriminação de gênero opera em dois níveis distintos, ainda que conectados. O primeiro está relacionado à falta de apoio, inclusive informal, ao longo da trajetória das cientistas; o segundo a preconceitos nos procedimentos formais de acesso a financiamentos ou posições acadêmicas, ou seja, nos elementos fundacionais da meritocracia científica e nas formas de avaliação da excelência acadêmica.

A meta-análise da produção europeia aponta outros dois temas presentes nas pesquisas, vitais para a compreensão do sistema de ciência e tecnologia: o primeiro relacionado ao estudo das instituições científicas, o segundo com a pesquisa sobre o conhecimento científico e a influência da perspectiva de gênero. Essas análises desenham um claro campo de investigação que, segundo Londa Schiebinger, na entrevista transcrita no relatório de 2017 da Elsevier, “*Gender in the Global Research Landscape*”, páginas 74 e seguintes, abrange três áreas estratégicas que necessitam de atenção e ação. Segundo Schiebinger, para uma real igualdade em ciência é preciso consertar os números, as instituições e o conhecimento.

Na primeira área estão incluídos todos os temas relacionados ao aumento da participação feminina nas ciências exatas e naturais, assim como estudos sobre a assim chamada meritocracia da ciência, mostrando como precisam ser seriamente revistas as normas e práticas sobre as quais repousam os mecanismos de avaliação e medição da excelência científica, tais como publicações e citações, estabelecimento de agendas e financiamento.

Aqui a necessidade de poder contar com indicadores relevantes e de boa qualidade é questão central. A invisibilidade das mulheres nas estatísticas sobre ciência e tecnologia foi resolvida com a publicação de indicadores abrangentes tanto na União Europeia (*She Figures*), quanto nos Estados Unidos (*Diversity and STEM*). Publicadas a cada três anos, ambas incluem um conjunto de indicadores desagregados por sexo sobre educação e treinamento, mercado de trabalho, salários, posições de liderança e inovação, bem como indicadores relacionados à raça e etnia.

Um progresso importante nessa área de indicadores foi desenvolvido pela Elsevier (2017, 2020), que utiliza os dados bibliográficos da base SCOPUS, com mais de 60 milhões de documentos, para observar as diferenças entre homens e mulheres na pesquisa científica por meio da análise de suas publicações. Os relatórios analisam vários indicadores, como produção, impacto, colaborações internacionais e patentes, e apontam que mulheres publicam um pouco menos que homens, mas isso não parece afetar como seus trabalhos são citados. A cooperação internacional é menor entre mulheres, mas, por outro lado, sua participação em pesquisas interdisciplinares é bem maior.

A segunda grande área de investigação sobre gênero e ciência é a das instituições científicas. O sistema de ciência e tecnologia e inovação é complexo, e abrange, além das organizações multilaterais globais e regionais já mencionadas, vários atores institucionais: organizações governamentais de gestão; organizações não-governamentais de coordenação criadas autonomamente pelos próprios cientistas, como academias de ciências e organizações disciplinares e multidisciplinares; e as universidades, laboratórios, centros e institutos de pesquisa (GenderInSITE, 2018). As academias de ciência e as organizações disciplinares são espaços importantes de reflexão, defesa e apoio do sistema de ciência e tecnologia, e a questão da diversidade é hoje enfrentada na grande maioria dessas instituições (International Science Council, InterAcademy Partnership e Standing Committee for Gender Equality in Science, 2026).

Mas são as universidades e institutos de pesquisa que tem sido crescentemente objeto de investigação e foco de várias políticas para aumentar equidade e inclusão na ciência e tecnologia, já que é de fato no âmbito institucional que as normas e regras da carreira científica são aplicadas e vivenciadas. Os estudos mostram que preconceitos arraigados exercem forte influência nos processos avaliação e progressão acadêmica. É também nas instituições que os temas do assédio e da violência adquirem concretude, sendo, hoje, objeto importante de estudo.

Finalmente, trazendo a discussão para um outro patamar, a área de pesquisa mais recente tenta entender como sexo e gênero influenciam na construção do conhecimento científico. Existem evidências irrefutáveis que sexo e gênero influenciam resultados de pesquisas, e que devem ser considerados na metodologia e na definição do objeto de investigação. Não considerar sexo e gênero pode afetar as ciências da saúde, as novas terapias direcionadas a humanos, as ferramentas desenhadas pela engenharia, dentre muitos outros temas. Os autores desses estudos afirmam que, para obter progressos reais na próxima década, pesquisadores, agências de financiamento, periódicos científicos revisados por pares e universidades precisam coordenar esforços para desenvolver e padronizar métodos de análise de sexo e gênero (Tannenbaum et al., 2019).

Essa discussão está agora intrinsecamente ligada à enorme transformação gerada pela Inteligência Artificial (IA) na produção do conhecimento. A perspectiva de gênero traz questões específicas, que se somam àquelas ligadas aos problemas de integridade e reprodutibilidade, de ética e segurança, da predominância do setor privado e das qualificações e capacidades necessárias para a reprodução da tecnologia. Os sistemas de IA não são neutros, mas refletem os preconceitos, as perspectivas e os valores dos seus criadores. A homogeneidade da força de trabalho da IA tem consequências diretas nas tecnologias que estão sendo desenvolvidas e reflete e amplifica os preconceitos existentes de gênero e raça. Outra questão é a da invisibilidade ou ausência de mulheres nas bases de dados utilizadas para treinar a IA, que pode ter consequências perturbadoras a médio e longo prazo. Se um problema é mal qualificado ou mal identificado, ele será reproduzido dessa forma até aparecer como o padrão correto daquele fenômeno. Por fim, a forma como essa nova tecnologia é adotada ou utilizada é fortemente influenciada pelo gênero. Garantir que a IA tenha relevância para toda a sociedade e não apenas para parte dela é um desafio importante.

2. Evidências e casos empíricos

Após mais de trinta anos de estudos e pesquisas, a almejada equidade de gênero em ciência e tecnologia ainda não foi alcançada, como mostram os últimos dados globais fornecidos pela UNESCO. Nos últimos 10 anos, as mulheres ainda representam 35% dos formandos em STEM (*Science, Technology, Engineering and Mathematics*), disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Esses números globais podem sofrer alterações significativas por país ou região. Nos países do G20, mulheres ocupam 22% dos empregos relacionados a STEM; nos países da União Africana, apenas 14%. Globalmente, mulheres são também apenas um terço dos pesquisadores em ciência e tecnologia, pouco mais de 30%, apesar de serem, em muitos países, a maioria formada nas universidades, nos mestrados e doutorados.

O papel central das tecnologias da informação no mundo contemporâneo faz com que a participação de mulheres na inovação e na área das competências digitais seja um outro aspecto importante. Não apenas no uso de celulares ou da internet, mas também na formação das competências necessárias para participar mais ativamente da criação de conhecimento nessa área. As disparidades são maiores nas engenharias e em computação, com apenas 28% de mulheres concluindo o curso de engenharia, e uma aparente diminuição do número de mulheres em computação em anos recentes. Esse parece ser o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, onde o relatório da *National Science Foundation*, de 2021, “*Women, Minorities, and Persons with Disabilities in Science and Engineering*”, mostra que as egressas dos cursos universitários de computação caíram de 27% em 1998 para 19,9% em 2018. Esse problema é mais significativo se olharmos o que está acontecendo com o desenvolvimento da Inteligência Artificial. Apenas 12% dos cientistas ligados à Inteligência Artificial são mulheres e, dentre os professores universitários com pesquisas em IA, apenas 16% são mulheres. Entre os 100 altos dirigentes de empresas ligadas à IA, apenas 8 são mulheres (UNESCO, 2025).

Essa lentidão em atingir uma real equidade de gênero na ciência e tecnologia é ainda mais surpreendente considerando que a questão de inclusão e diversidade de gênero é hoje parte importante da agenda de quase todas as organizações internacionais. As Nações Unidas desenvolvem ações em todas as suas organizações, muitas delas com foco específico em ciência e tecnologia, como na Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, que tem um comitê assessor de gênero desde 1995; na UNESCO, com extensos programas e ações na área; na UN Mulher, com atividades ligadas à tecnologia. Mas também organizações como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e organizações regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), vêm tratando a questão de gênero e ciência, focando muitas vezes na inclusão digital de mulheres e meninas, como é o caso do último relatório da OECD (OCDE, 2025). A aprovação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em 2015, que enfatizam não apenas a questão do gênero em si, mas também das grandes mudanças globais nas áreas do clima e sustentabilidade, colocou a ciência e as tecnologias digitais como motores do desenvolvimento. Para isso é preciso contar com a totalidade dos talentos existentes, incluindo mulheres.

3. O fenômeno no Brasil e na América Latina

O Brasil não esteve ausente dos processos mencionados. Toda uma geração de pioneiras esteve presente nos debates feministas e nas reuniões internacionais que definiram a temática de gênero e ciência, como bem descreve Fanny Tabak no seu livro “O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino”, publicado em 2002. A diferença em relação à experiência internacional é que o tema não parece ter tido o mesmo impacto no conteúdo das pesquisas brasileiras. Se comparadas a temas como violência contra a mulher, o tema do cuidado e a discussão sobre raça, pesquisas sobre gênero e ciência ainda são minoritárias.

Apontados como dispersos e os grandes ausentes da produção sobre ciência e tecnologia nas décadas de 1980 e 1990 (Citeli, 2000; Lopes, 1998), estudos atuais não indicam uma reversão dessa tendência. Uma pesquisa recente sobre a publicação de artigos sobre gênero e ciência nos quatro periódicos mais relevantes que publicam artigos sobre o tema, mostrou que, de 2000 a 2015, as quatro revistas haviam publicado 1.045 artigos, 96 dos quais tinham alguma relação com o tema, ou seja, menos de 10%. A pesquisa indica igualmente que mais da metade dos artigos é composta de estudos sobre trajetórias e carreiras de mulheres cientistas ou seus processos de formação, seguido de artigos sobre pioneiras ou exemplos de mulheres cientistas e que apenas um pequeno número continua a discutir a epistemologia de uma ciência feminista (Freitas & Luz, 2017). Outras pesquisas, usando bases bibliográficas mais amplas, como as do SciELO ou *Web of Science* (WoS) (Melo & Oliveira, 2006; Cabral, 2015; Leta & Lewinson, 2003), confirmam tendências semelhantes, mas apontam algumas diferenças da constatação global ao indicar um forte crescimento da colaboração internacional entre mulheres.

A contribuição desses estudos para entender a situação das pesquisadoras brasileiras no sistema de ciência e tecnologia é, no entanto, fundamental. Mesmo que se refiram a casos

específicos, analisando universidades ou departamentos de diferentes disciplinas e em diferentes regiões, os estudos realizados ao longo dos últimos trinta anos mostraram que, apesar de serem maioria nos níveis iniciais da trajetória acadêmica, nos cursos de graduação das universidades e no mestrado e doutorado, as pesquisadoras brasileiras também enfrentam barreiras para progredir na carreira, e que continuam sendo uma minoria nas áreas de ciências duras, como engenharia, física, matemática e computação. Na verdade, também parece estar havendo uma diminuição do número de mulheres nos cursos de computação no Brasil. Estudo recente mostra que a proporção de mulheres entre os dez primeiros cursos universitários de ciências de computação e matemática, que juntos somam 97,2% dos estudantes nessas áreas, caiu de 17% em 2010 para 14% em 2019 (Abreu et al., 2024).

O Brasil tem hoje um sistema de ciência, tecnologia e inovação consolidado e robusto. Desde a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951, o país vem investindo fortemente na formação de uma comunidade científica. O Brasil é de fato líder na América Latina, único país a investir cerca de 1,20% do PIB em ciência e tecnologia há algumas décadas. Em 1985, com a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o sistema adquiriu a arquitetura que perdura até hoje, com universidades e a CAPES sob a coordenação do Ministério da Educação e como os institutos de pesquisa, o CNPq e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no MCTI. Ainda sob a supervisão do MCTI está o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), que desenvolve, desde 2001, indicadores estratégicos para subsidiar políticas públicas. As fundações estaduais de apoio à pesquisa, com especial relevância para Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), são outro elemento importante do sistema de ciência e tecnologia nacional, bem como organizações científicas não-governamentais como a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e inúmeras organizações disciplinares, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), congregando a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) nas ciências sociais, e tantas outras na física, química, matemática e computação.

O Brasil ocupava, em 2024, a 14ª posição no *ranking* global de produção científica, registrando cerca de 73.220 artigos publicados anualmente. É o líder na América Latina, com uma produção fortemente concentrada nas áreas das ciências da saúde. Em anos recentes é possível comprovar alguns progressos importantes na participação de mulheres nos altos cargos do sistema: em julho de 2026, a ministra de Ciência e Tecnologia do Brasil era uma mulher e as presidências da CAPES e da Academia Brasileira de Ciências eram ocupadas por mulheres. Nas universidades federais, 47% eram reitoras.

A participação de mulheres nesse sistema é, portanto, significativa. O sistema de pós-graduação brasileiro, o maior da América Latina, tem hoje 4.800 programas de pós-graduação, com perto de 118 mil docentes, 43% mulheres. Dos 446 mil estudantes cerca de 55% são mulheres. Os dados atuais do CNPq indicam que, em 2025, havia cerca de 45 mil grupos de pesquisa registrados, envolvendo 270 mil pesquisadores, dos quais 141 mil, ou 53%, eram mulheres. Do total de grupos, 44% são liderados por mulheres. Utilizando a base de currículos

Lattes, o CNPq informa que em 2025 existiam quase 970 mil pessoas em atividades ligadas à ciência e tecnologia, sendo 53% delas mulheres. Em 2019, o Brasil concedeu 70 mil títulos de mestrado e cerca de 25 mil de doutorado, com maioria de mulheres nos dois níveis.

As cientistas têm, assim, uma participação importante nos níveis iniciais do sistema. O mesmo não acontece, no entanto, quando se olha para estágios mais avançados das trajetórias científicas. As bolsas de produtividade de pesquisa do CNPq têm hoje 36% de mulheres, mas apenas ao redor de 25% na categoria mais alta de 1A, patamar que perdura há mais de dez anos. Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), outro programa de ponta na ciência brasileira, aprovaram, em 2024, 143 projetos, dos quais 26 são coordenados por mulheres, cerca de 18%.

No sistema de pós-graduação brasileiro, no entanto, o tema gênero, ciência e tecnologia não aparece com frequência como área de concentração. De fato, a institucionalização do tema mais geral de ciência e tecnologia em institutos, grupos de trabalho ou programas de pós-graduação brasileiros foi lenta. No final dos anos 1990, havia cinco programas de pós-graduação com esse tema: o Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica (PPG-PCT) do Departamento de Geociências da Universidade de Campinas (UNICAMP); o Núcleo de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia (1983) da Universidade de São Paulo (USP); a área de saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) (1982); o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1967); e o Núcleo de Gestão da Inovação Tecnológica (NITEC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1985). Nenhum tinha uma linha de pesquisa vinculada à questão de gênero quando criado, mas algumas das pioneiras do tema gênero e ciência vieram desses programas. Por outro lado, na década seguinte, foi criado na UNICAMP o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, em 1993, que tem entre suas linhas de pesquisa “Saberes científicos”. Esse núcleo vem produzindo um importante número de artigos sobre gênero e ciência, publicando três dossiês sobre o tema em 1998, 2000, e 2016/2017. O Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, da Universidade de Santa Catarina, criado igualmente no início dos anos 1990, é outro grupo de gênero que desenvolve estudos sobre o tema de ciência e tecnologia.

Hoje, o tema de gênero e ciência se expandiu para outras instituições. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) discute o tema em dois de seus núcleos: o Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas (GEMAA), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP); e o Núcleo de Estudos em Desigualdades Contemporâneas e Relações de Gênero (NUDERG), do Departamento de Ciências Sociais. Na Universidade Federal Fluminense (UFF), o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) já desenvolveu pesquisas sobre o tema. A COPPE conta hoje com o programa Igualdade em STEM no seu Laboratório do Futuro. A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) conta com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) desde 2000. A Universidade da Bahia, em conjunto com a Universidade Estadual de Feira de Santana, com o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (PPGEFHC/UFBA/UEFS). Nas áreas de ciências sociais muitas instituições têm desenvolvido pesquisas sobre o tema, muitas vezes ligadas ao estudo de desigualdades ou de políticas públicas, como Universidade Federal do Rio

de Janeiro (UFRJ), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Os estudos de gênero ciência e tecnologia no Brasil enfrentam, contudo, desafios específicos, devido às enormes desigualdades da sociedade brasileira. Nos últimos anos, tem crescido o número de pesquisas sobre a diversidade e a desigualdade racial na área de ciência e tecnologia, até então menos presente (Minella, 2013). O bem-sucedido programa de cotas raciais para cursos de graduação nas universidades brasileiras trouxe o tema para o centro de muitos estudos e análises. No entanto, a realidade na pós-graduação é ainda bem diferente: dados de 2023, do GEMAA (<https://gema.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/>), mostram que 90,1% dos professores de pós-graduação nas áreas de ciências exatas e da terra e de ciências biológicas são brancos. Pretos, pardos ou indígenas somavam apenas 7,4%, e amarelos 2,5%. As assimetrias são agravadas quando se considera conjuntamente gênero e raça: 60,9% dos professores nas áreas de STEM são homens brancos, 29,2% mulheres brancas. Entre os pretos, pardos e indígenas que somam 7,4% do total, 4,9% são homens e 2,5% são mulheres. O GEMAA mostra ainda a proporção de indicadores raciais para as diferentes áreas das ciências exatas, em que os pretos, pardos e indígenas são minoritários em todas, com proporções que variam entre 5 e 7%. As únicas áreas em que estão mais bem representados são matemática/probabilidade e estatística, com 12,2%, e química com 11,7%.

Outro tema recente nos estudos sobre gênero e ciência no Brasil tem a ver com clima e mudanças climáticas, populações e saberes indígenas e Amazonia. Um levantamento mais detalhado poderia revelar onde esses estudos estão se desenvolvendo. No entanto, pouco aparecem temas mais de ponta, como a análise de como sexo e gênero afetam a produção do conhecimento científico, e temas ligados à IA sob uma lente de gênero.

Também na América Latina, os estudos sobre gênero e ciência adquiriram papel relevante nas últimas décadas. Uma pesquisa recente sobre artigos apresentados em dois importantes congressos regionais, os Congressos Ibero-americanos de Ciência, Tecnologia e Gênero e as Jornadas Latino-americanas de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, ao longo dos anos 2000, aponta temas bastante semelhantes aos da produção brasileira: trajetórias/história de mulheres em ciência e tecnologia; estudos sobre carreiras de mulheres e políticas científicas; epistemologia e teorias de gênero; experiências em saúde, medicina e biotecnologia; estudos sobre educação; pesquisas sobre divulgação científica e mídia; tecnologias da informação; e recursos naturais, desenvolvimento e saberes populares. Ainda assim, esses trabalhos eram também uma minoria, correspondendo a menos de 1% da totalidade dos apresentados na década estudada (Lopes et al., 2014).

Não obstante essa reduzida produção acadêmica sobre o tema, a região apresenta progressos na participação de mulheres nos sistemas de ciência e tecnologia dos diferentes países. Tal como no Brasil, a região como um todo apresenta uma maioria de mulheres na educação superior e tem paridade entre homens e mulheres trabalhando como pesquisadores, mas mulheres latino-americanas estão também em minoria nas áreas de STEM. Uma pesquisa recente indica, com muita pertinência, que essa baixa participação está relacionada a estereótipos de gênero perpetuados nas famílias, escolas e mídia, além da falta de currículos

e estilos pedagógicos que incentivem meninas para disciplinas científicas (Bello & Estébanez, 2022).

Existem, no entanto, inúmeras iniciativas para promover a participação de mulheres em ciência, tecnologia e inovação. Em muitos países, como Colômbia, Chile, Argentina e Costa Rica, mulheres atingiram altos postos no sistema de ciência e tecnologia. Também no Brasil existem hoje muitas iniciativas, programas e ações voltados para facilitar a inclusão de meninas nas áreas das ciências exatas, computação e matemática, organizados por diferentes instituições. Um levantamento feito pelo projeto Igualdade em STEM da Coppe UFRJ assinalou 25 iniciativas no Brasil como um todo, envolvendo ações relacionadas a diferentes aspectos: normas sociais e estereótipos; educação primária e secundária; educação superior; progressão na carreira; agendas e práticas de pesquisa; políticas públicas; e empreendedorismo e inovação (Abreu et al., 2024). Aqui também, contudo, as ações são na maior parte das vezes pontuais e em menor escala. Apontam caminhos, mas nem sempre sustentam mudanças estruturais.

4. Dilemas atuais e tendências

São incontestáveis os avanços conquistados ao longo das últimas décadas com relação à igualdade de gênero na ciência e tecnologia, globalmente e no Brasil, ainda que mais lentos do que o desejado. A presença feminina aumentou na área como um todo e sua contribuição é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento da ciência de ponta. Da mesma forma, a temática de gênero e ciência tem hoje posição relevante nas agendas de pesquisa das várias disciplinas e de diversas organizações. A centralidade da ciência para o enfrentamento dos complexos problemas contemporâneos, como o desenvolvimento sustentável, a crise climática e os novos desenvolvimentos ligados à Inteligência Artificial, deixou claro a necessidade de envolver a totalidade dos talentos e das competências existentes.

Mas essas conquistas não conseguiram atingir a almejada equidade de gênero no sistema de ciência e tecnologia. Como vimos, tanto nos países desenvolvidos como no Brasil, a progressão na carreira científica é mais lenta para mulheres, que enfrentam dificuldades específicas para atingir os níveis mais altos do sistema. Sua presença em áreas e disciplinas ligadas às ciências exatas, engenharia e computação permanece pequena; sua produção, ainda que de alta qualidade, não consegue alcançar a dos homens; seu envolvimento na inovação tecnológica permanece insignificante.

No Brasil, os problemas são ainda mais complexos. As enormes desigualdades de raça e a persistente desigualdade regional trazem para a ciência brechas adicionais a serem adicionadas às de gênero. Temos, portanto, uma imensa pauta de pesquisa e investigação para poder entender os processos persistentes responsáveis pelas desigualdades no sistema de ciência e tecnologia brasileiro, como:

- Manter os estudos sobre a desigualdade de gênero e raça na área de ciência e tecnologia e avançar nas ações que garantam a progressão na carreira;
- Incentivar pesquisas e estudos sobre as mudanças institucionais estruturais e sistêmicas que sustentem trajetórias equitativas;

- Consolidar uma base de dados desagregada por sexo robusta e abrangente, envolvendo as diferentes etapas de formação e desenvolvimento de carreiras científicas, alcançando os níveis de tomadas de decisão e direção;
- Avançar no desenvolvimento de políticas e atividades para aumentar diversidade e inclusão na inovação tecnológica;
- Incentivar pesquisas e estudos sobre gênero e Inteligência Artificial para sustentar uma real participação das mulheres no desenvolvimento e coordenação dessa nova tecnologia;
- Impulsionar estudos e pesquisas sobre a influência de sexo e gênero na produção do conhecimento.

5. Implicações para políticas públicas

O foco em políticas públicas é essencial para uma efetiva transformação do sistema científico na direção de uma maior diversidade e inclusão. Ao longo das últimas décadas, políticas de variados tipos foram aplicadas em diversos países e regiões. Um dos programas mais consistentes talvez seja o da UNESCO, bem explicitado no *UNESCO in Action for Gender Equality* (UNESCO, 2025). Estruturado em torno de quatro objetivos principais – atingir a igualdade de gênero através da educação; fortalecer mulheres na área de ciência e tecnologia para uma enfrentar a crise climática; promover inclusão e combater a violência de gênero; e diminuir a divisão digital –, o programa desenvolve um grande número de ações em países ao redor do mundo. No que tange à ciência e tecnologia, os três objetivos centrais são desmantelar os estereótipos e preconceitos existentes, abrir oportunidades para meninas nas ciências e criar ambientes de trabalho que atraiam, retenham e incentivem o progresso de mulheres cientistas. Algumas dessas ações têm alta visibilidade, como os Prêmios Internacionais L'Oréal-UNESCO Para as Mulheres na Ciência, criados em 1998, que já laurearam 142 cientistas, seis delas brasileiras. Associado ao prêmio, há um programa de apoio para jovens pesquisadoras das áreas de ciências da vida, ciências físicas, ciências químicas e matemática, realizados nos diversos países em colaboração com instituições locais. No Brasil, junto com a UNESCO Brasil e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o programa existe desde 2006.

Na verdade, a UNESCO tem um vasto arsenal de ações para apoiar mulheres na ciência e tecnologia. O #EDUCASTEM2030 Brazil, por exemplo, já envolveu quase nove mil estudantes, professores e escolas por meio de diferentes modalidades para melhorar a educação nas áreas de ciências, engenharias, computação e matemática. Por sua vez, as Cátedras Unesco foram criadas mundo afora nos temas relacionados com suas áreas estratégicas. A Cátedra Regional da UNESCO para Mulheres, Ciência e Tecnologia na América Latina (<https://www.catunescomujer.org/>), com sede na Argentina, é uma das mais antigas e tem papel importante na região, além de coordenar a rede de cátedras UNESCO sobre igualdade de gênero. A cátedra com sede na Espanha, UNESCO *Chair on Gender Equality Policies in Science, Technology and Innovation* (<https://www.gendersteunescochair.com/es/>), traz um vasto acervo de iniciativas e publicações relevantes.

São, no entanto, políticas públicas voltadas para mudanças institucionais que assumem um papel central na efetiva transformação do sistema de C&T. A Comissão Europeia teve, a partir do final dos anos 1990, um efeito multiplicador essencial para trazer a questão da igualdade de gênero para o centro das políticas científicas da região. Em 1999, propôs um plano de ação para promover a igualdade de gênero na ciência, “*Women and Science. Mobilising women to Enrich European Research*”, e criou um grupo de trabalho com representantes de todos os países, o *Helsinki Group on Women and Science* (European Commission, 2002), com o mandato específico de discutir políticas públicas e desenvolver indicadores relevantes. O *Helsinki Group* teve importante influência no desenvolvimento de ações específicas de diversidade e inclusão nos programas quadro de financiamento de pesquisa europeu e é responsável pela criação do *She Figures*. Hoje, as instituições proponentes de projetos financiados pelo programa marco *Horizon Europe 2030* devem ter um plano de igualdade de gênero. O projeto deve explicitar a dimensão de gênero na pesquisa e a equipe de pesquisa deve apresentar um balanço de gênero. Essas políticas de inclusão e igualdade foram fortemente divulgadas e discutidas, com a iniciativa do *Gender Summit*, trazendo, desde 2011, as mais altas autoridades da União Europeia para debaterem gênero e ciência (<https://gender-summit.com/>). A Comissão Europeia também financiou, no programa marco *Horizon 2020*, projetos para o estabelecimento de Planos de Igualdade de Gênero em universidades e instituições de pesquisa europeias.

Os planos de igualdade de gênero estão no centro de vários outros programas. O Athena SWAN, *Athena Scientific Women's Academic Network Charter* (<https://advance-he.ac.uk/membership/equality-charters/athena-swan-charter/>), estabelecido em 2005 para universidades das ciências exatas na Inglaterra, é um programa de acreditação para instituições que se comprometam em avançar na igualdade de gênero, desenvolvendo planos de igualdade e inclusão. Seu sucesso resultou numa ampliação para todas as áreas de conhecimento em 2015, e, desde 2021, inclui também o quesito raça. Canadá e Austrália desenvolveram seus respectivos programas Athena SWAN. Os Estados Unidos, após financiarem por dez anos mudanças institucionais por meio do programa ADVANCE, resolveu, em 2016, instituir um novo programa de acreditação nos moldes do Athena SWAN, o *SEA Change*, administrado pela *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) (<https://seachange.aaas.org/>), mas com o foco ampliado de gênero, raça e pessoas com deficiências. No Brasil, a partir de uma discussão liderada pelo British Council (<https://www.britishcouncil.org.br/en/programmes/education/brazil-gender-equality-framework-higher-education-institutions>), existem algumas universidades que começam a considerar a possibilidade de instituir um plano de igualdade de gênero, mas o movimento é ainda muito incipiente).

Se planos de igualdade de gênero podem estar se difundindo em universidades e instituições de pesquisa nos países desenvolvidos, ter o tema como uma prioridade de governo é bem mais raro. Bastante excepcional, portanto, é o caso da Espanha, onde a Lei de Ciência Tecnologia e Inovação, de 2011, incorpora medidas específicas para promover a igualdade de gênero (<https://www.gendersteunescochair.com/publication/libro-blanco/>).

No Brasil, tem crescido o número de programas e iniciativas promovidos por diferentes atores para incentivar a inclusão e igualdade de gênero, especialmente nas ciências exatas.

Importantes para evidenciar a importância de mulheres para a ciência, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) criou, em 2019, o prêmio Carolina Bori Ciência e Mulher, premiando cientistas estabelecidas, mas também jovens estudantes em anos alternados (<https://portal.sbpcnet.org.br/premio-carolina-bori-cienciamulher/>).

Nas organizações governamentais, o programa Mulher e Ciência do CNPq (Lima & Costa, 2016), criado em 2005 para alavancar uma rede de grupos de gênero e ciência, é um dos mais antigos. O primeiro Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa Pensando Gênero e Ciência reuniu, em março de 2006, 200 núcleos e grupos de pesquisa de cerca de 100 universidades de todo o país com o objetivo de mapear e analisar o campo de estudos de gênero no Brasil e estimular a produção acadêmica na área de ciência e tecnologia. Após quatro chamadas de projetos para “Relações de gênero, mulheres e feminismos”, mais duas chamadas foram lançadas para “Meninas e jovens fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”.

Sem dúvida, no entanto, a política de maior impacto na área de gênero desse programa foi a aprovação da lei que institui oficialmente a prorrogação de bolsas de estudo em caso de maternidade e adoção em 2017, reeditada em 2024, prorrogando prazos para pais e mães estudantes. A aprovação dessa lei foi fruto do intenso trabalho do Movimento *Parent in Science* (<https://www.parentinscience.com/>), criado em 2016 com o intuito de levantar a discussão sobre a parentalidade dentro do universo acadêmico e científico. Com uma perspectiva inovadora em relação a movimentos semelhantes em outros países, já que inclui mulheres e homens, seu enorme sucesso indica o acerto na definição de seus objetivos.

O programa do CNPq inclui também a iniciativa Pioneiras das Ciências, iniciada em 2013, e já na sua sétima edição, em 2022, que divulga a história de cientistas mulheres em várias áreas do conhecimento. Em 2025, o programa como um todo foi oficialmente substituído pelo Mulheres e Ciência, com foco no prêmio do mesmo nome (<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/20-anos-programa-mulher-e-ciencia/home>).

Nos últimos anos, a instituição privada sem fins lucrativos Instituto Serrapilheira, um novo ator no espaço de financiamento de pesquisa no Brasil, tem apoiado de forma criativa muitos projetos voltados para o incentivo à diversidade de gênero e raça na ciência (<https://serrapilheira.org/programa-de-apoio-a-ciencia/>).

Mas no Brasil, historicamente, foram de fato políticas de cunho mais universalista que ampliaram fortemente a presença de mulheres no sistema de ciência e tecnologia, principalmente as bolsas do CNPq e da CAPES, de iniciação científica, de mestrado e de doutorado. Distribuídas por um sistema totalmente descentralizado, as bolsistas mulheres são hoje a maioria em todos os tipos de bolsas de formação. Como mencionado anteriormente, o mesmo não acontece nas bolsas de produtividade de pesquisa nem em programas de ponta, como os INCTs.

Nos últimos anos, houve também muitos progressos na área de indicadores e divulgação de informações sobre gênero e ciência. No CNPq e na CAPES, um novo tratamento dos dados da Plataforma Sucupira, da Plataforma Lattes e dos dados de bolsas de formação e pesquisa inclui indicadores desagregados por sexo e permite uma visão abrangente do sistema de ciência e tecnologia brasileiro.

Desde 2016, uma nova organização, Gênero e Número, vem produzindo e disseminando dados abertos e inéditos sobre gênero, raça e sexualidade, e entre seus temas está o de ciência, educação e cultura. O *Open Box* de Ciência é uma novidade, que traz informações sobre 50 pesquisadoras em cinco áreas de pesquisa – ciências biológicas, ciências sociais aplicadas, ciências exatas e da terra, engenharias e ciências da saúde – e inclui, numa interface interativa, uma seleção de artigos publicados pelas cientistas apresentadas (<https://www.generonumero.media/>).

Eventos recentes apontam para novas possibilidades em políticas de ciência e tecnologia no Brasil. Após a 5ª Conferência Nacional de CTI, realizada em 2024, foi aprovada, em julho de 2026, uma Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2024-2034, que inclui, pela primeira vez, referências explícitas a políticas de igualdade e inclusão em gênero, raça, etnias e territórios, abrindo, quem sabe, a perspectiva de um desenvolvimento nos próximos anos de políticas ligadas ao tema (Sobral, 2025). Igualmente pela primeira vez, o Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029 referenda ações para inclusão e igualdade no sistema como um todo.

6. Agendas futuras

Do ponto de vista conceitual e analítico, não resta dúvida que o eixo principal dos estudos sobre gênero e ciência nos próximos anos deveria estar centrado na questão da Inteligência Artificial. É fundamental aprimorar os estudos sobre igualdade e inclusão nos processos de criação e desenvolvimento dessa tecnologia, fomentar o aumento da formação inclusiva nas qualificações necessárias e aumentar a presença de mulheres nos postos de tomada de decisão ao longo de toda a cadeia para que as discussões atuais sobre governança de IA não deixe de fora metade da população mundial.

No momento atual, quando as organizações multilaterais globais estão discutindo as normas de governança da Inteligência Artificial que irão governá-la pelas próximas décadas, é essencial garantir que seja adequadamente treinada e desenvolver indicadores relevantes para a participação de mulheres.

Indo mais além da Inteligência Artificial, a computação quântica e a infraestrutura dos grandes bancos de dados serão as novas fronteiras tecnológicas a enfrentar. No Brasil, a questão está centrada na consolidação do conhecimento disponível, por meio do desenvolvimento de indicadores abrangentes sobre mulher e ciência. Até o momento, as informações são muito fragmentadas, com diversos estudos de caso de universidades ou instituições científicas, ou utilizando bases de dados específicas, como a de bolsas do CNPq e CAPES ou a de pós-graduação como a Plataforma Sucupira da CAPES. Falta, no entanto, um produto que consolide indicadores, que deverão incluir igualmente raça/etnia e territorialidade, desde a formação até a entrada na profissão de cientista, a trajetória de progressão e participação em níveis de tomada de decisão, além de olhar a participação no mercado de trabalho e no universo da inovação e tecnologia. Um projeto nesse sentido será um divisor de águas para a temática, já que indicará com clareza onde estão as barreiras e dificuldades que poderão definir políticas públicas mais eficazes.

Como bem expressou a presidente da ABC na reunião de 2026 da SBPC, a questão da ciência no Brasil não é de carência de talentos ou qualificações, mas de garantia de escala, estabilidade, coordenação e continuidade para as atividades científicas no país. O mesmo se pode dizer da questão de gênero e ciência.

7. Referências bibliográficas

Teoria e conceitualização

GenderInSITE. (2018). *Pathways to Success: Bringing a Gender Lens to the Scientific Leadership of Global Challenges* (Linda Waldman, Alice Abreu, Becky Faith, Tabitha Hrynck, Inés Sánchez de Madariaga & Lucilla Spini, Coord.,). <http://hdl.handle.net/20.500.11911/113>.

Tannenbaum, Cara, Ellis, Robert P., Eyssel, Friderike, Zou, James, & Schiebinger, Londa. (2019). Sex and gender analysis improves science and engineering. *Nature*, 575(7781), 137-146. <https://doi.org/10.1038/s41586-019-1657-6>.

United Nations Commission on Science and Technology for Development, Gender Working Group. (1995). *Missing links: Gender equity in science and technology for development*. International Development Research Centre; Intermediate Technology Publications; UNIFEM.

O fenômeno no Brasil e na América Latina

Abreu, Alice Rangel de Paiva, Costa, Luis Felipe Coimbra, Lima, Yuri Oliveira de, Nascimento, Luciana Maria Azevedo, & Barbosa, Carlos Eduardo. (2024). Bridging the Gender Gap in Computing: Insights from Latin America with a Focus on Brazil. *Computing in Science & Engineering*, 26, 4-12. <https://doi.ieeecomputersociety.org/10.1109/MCSE.2024.3422070>

Bello, Alessandro, & Estébanez, María Elina. (2022). *An Unbalanced Equation: Increasing Participation of Women in STEM in LAC*. UNESCO, CILAC.

Cabral, Carla. (2015). Os estudos feministas da ciência e da tecnologia no Brasil: reflexões sobre estilos e coletivos de pensamento. *Artemis*, 2(2), 79-91. <https://doi.org/10.15668/1807-8214/artemis.v20n2p76-91>.

Citeli, Maria Teresa. (2000). Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. *Cadernos Pagu*, (15), 39-75.

Freitas, Lucas Bueno de, & Luz, Nanci Stancki da. (2017). Gênero, Ciência e Tecnologia: estado da arte a partir de periódicos de gênero. *Cadernos Pagu*, (49), e174908. <https://doi.org/10.1590/18094449201700490008>.

Leta, Jacqueline. (2014) Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? *Revista Feminismos*, 2(3).

Leta, Jacqueline, & Lewison, Grant. (2003). The contribution of women in Brazilian science: a case study in astronomy, immunology and oceanography. *Scientometrics*. 57(3), 339-353.

Lima, Betina Stefanello, & Costa, Maria Conceição da. (2016). Gênero, ciências e tecnologias: caminhos percorridos e novos desafios. Dossiê Gênero em ciências: histórias e políticas no contexto Iberoamericano. *Cadernos Pagu*, (48), e167805. <https://doi.org/10.1590/18094449201600480005>.

Lopes, Maria Margaret. (1998). "Aventureiras" nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, (10), 345-368.

Lopes, Maria Margaret, Feltrin, Rebeca Buzzo, Vasconcellos, Bruna Mendes de, & Alencar, Maria de Cleófas Faggion. (2014). Interseções e interações: gênero em ciências e tecnologias na América Latina. In Pablo Kreimer, Hebe Vessuri, Léa Velho & Antonio C. Arellano (Eds.), *Perspectivas Latinoamericanas en el Estudio de la Ciencia, la Tecnología y la Sociedad* (pp. 233-243). Siglo XXI Editores, Foro Consultivo y Tecnológico.

Melo, Hildete Pereira de, & Oliveira, André Barbosa. (2006). A produção científica brasileira no feminino. *Cadernos Pagu*, (27), 301-331. <https://doi.org/10.1590/S0104-8332006000200012>.

Sobral, Fernanda. (2025). Novos ventos sopram para a produção de conhecimento: uma guinada social? *Revista Brasileira de Estudos CTS*, 1(1), 11-24.

Fontes de dados e relatórios institucionais

- Elsevier. (2017) Gender in the Global Research Landscape (Ludivine Allagnat, Stephane Berghmans, Holly J. Falk-Krzesinski, Shereen Hanafi, Rachel Herbert, Sarah Huggett & Stacey Tobin, Eds.). <https://analyticalservices.researchcommons.org/reports/20/>
- Elsevier. (2020). *The Researcher Journey Through a Gender Lens: An Examination of Research Participation, Career Progression and Perceptions Across the Globe* (Maria de Kleijn, Bamini Jayabalasingham, Holly J. Falk-Krzesinski, Tom Collins, Liliane Kuiper-Hoyng, Isabella Cingolani, Jin Zhang, Guillaume Roberge, Gemma Deakin, Abigail Goodall, Kjersten Bunker Whittington & Stephane Berghmans, Eds.). <https://www.elsevier.com/insights/gender-and-diversity-in-research/researcher-journey-2020>
- European Commission. (2002). *National Policies on Women and Science in Europe. A report about women and science in 30 countries by Professor Teresa Rees*. The Helsinki Group on Women and Science.
- European Commission. (2012). *Meta-analysis of gender and science research. Synthesis Report*. (Maria Caprile, Elisabetta Addis, Cecilia Castaño, Ineke Klinge, Marina Larios, Danièle Meulders, Jörg Müller, Síle O'Dorchai, Mária Palasik, Robert Plasman, Seppo Roivas, Felizitas Sagebiel, Londa Schiebinger, Núria Vallès & Susana Vázquez-Cupeiro, Eds.). Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2777/75176>.
- International Science Council, InterAcademy Partnership e Standing Committee for Gender Equality in Science. (2026). *Towards gender equality in scientific organizations: assessment and recommendations*. <https://doi.org/10.24948/2026.03>.
- OECD. (2025). *Gender Equality in a Changing World: Taking Stock and Moving Forward*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/e808086f-en>.
- UNESCO. (2000). The World Conference on Science. Science for the Twenty-First Century: a new commitment (Ana María Cetto, Ed.). UNESCO.
- UNESCO. (2025). *UNESCO in Action for Gender Equality*. UNESCO. <http://doi.org/10.63813/DCDU9475>

VER TAMBÉM:

Gênero | Ciência e Tecnologia | Sociologia do Trabalho | Sociologia das Profissões | Políticas públicas | Instituições | Raça | Identidade | Inteligência Artificial

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Abreu, Alice Rangel de Paiva. (2026). Gênero em Ciência e Tecnologia. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.025.